OUTRAS MATÉRIAS

DISTRATO

Distrato ao Contrato: **003/2009**
 Objeto: **Locação do terceiro andar do imóvel situado na Avenida Duque de Caxias, nº 277, Bairro de Fátima, CEP: 66.087-000 cidade de Belém, Estado do Pará, onde funcionava a sede desta Companhia.**
 Data de assinatura: **19/08/2016**
 Data do Distrato: **30/09/2016**
 Fundamentação Legal: **Nos termos do artigo 79, II da Lei 8.666/93.**
 Distratado: AGUIAR DIAS HOLDING LTDA, CNPJ nº **22.947.144/0001-92.**
 Telefone: **(91) 3236-2856**
 Ordenador: **Olavo Rogério Bastos das Neves**
Protocolo: 114417

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

5º TERMO ADITIVO - CONVÊNIO Nº 009/2014 (ENTÃO SEIDURB)
 Partes:
 -Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - CNPJ 03.137.985/0001-90
 -Associação dos Moradores e Agricultores Familiares dos Assentamentos de São João do Araguaia e Região no Estado do Pará - CNPJ 17.197.958/0001-17
 Objeto do Convênio: Construção de alvenaria de um imóvel, em São João do Araguaia/PA.
 Justificativa: Prorrogação de Prazo
 Vigência: 29/09/2016 à 27/01/2017
 Data da Assinatura: 29/09/2016
 Ordenadora Responsável: Noêmia de Sousa Jacob
Protocolo: 114189

OUTRAS MATÉRIAS

INTIMAÇÃO DE JULGAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO

TP Nº 023/2016
 A Comissão Permanente de Licitação desta Secretaria, após análise dos recursos referentes à classificação da Tomada de Preço nº 023/2016, cujo objeto é a Contratação de Empresa de Engenharia para execução da reforma da Praça Benedito Monteiro, no município de Belém no Estado do Pará, apresenta o resultado final:
 Foram Classificadas:
 Em Primeiro lugar a empresa ELEVAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-EPP, com o valor de R\$ 69.643,23 (Sessenta e nove mil seiscentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos);
 Em Segundo lugar a empresa EQUIPENGE EQUIPAMENTOS DE ENGENHARIA LTDA, com o valor de R\$ 76.668,95 (Setenta e seis mil seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos);
 Em Terceiro Lugar a empresa A+E ARQUITETURA & ENGENHARIA EIRELI-ME, com o valor foi de R\$ 76.750,68 (Setenta e seis mil setecentos e cinquenta reais e sessenta e oito centavos).
 Foram desclassificadas:
 TRANSVIPE LTDA- ME, CNPJ: 04.521.575/0001-00;
 PLANA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ: 05.467.549/0001-04;
 LEMES E LEMES CONSTRUTORA LTDA-EPP, CNPJ: 18.990.417/0001-04;
 OLIVA LTDA- EPP, CNPJ: 03.679.844/0001-07.
 Belém/PA, 27 de Setembro de 2016.
 Nicolas Augustus André Nazareth
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação - SEDOP.
Protocolo: 114261

INTIMAÇÃO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

TP Nº 030/2016
 A Comissão Permanente de Licitação desta Secretaria, após análise das propostas financeiras referentes à Tomada de Preço nº 030/2016, cujo objeto é a Contratação de Empresa de Engenharia para execução da reforma da Praça CAIC, no município de Belém, no Estado do Pará, apresenta o resultado

da análise o que segue:
 Foram Classificadas:
 EQUIPENGE EQUIPAMENTOS DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 04.049.310/0001-51;
 LEMES E LEMES CONSTRUTORA LTDA EPP, CNPJ: 18.990.417/0001-04;
 PAVIMENTAR PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI ME, CNPJ: 17.352.660/0001-34;
 NEA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 07.900.996/0001-30;
 EV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI EPP, CNPJ: 20.201.780/0001-45;
 ELEVAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - EPP, CNPJ: 17.579.363/0001-26.
 Foram Desclassificadas:
 A+E ARQUITETURA & ENGENHARIA EIRELI-ME, CNPJ: 22.988.082/0001-67;
 A.J PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CNPJ: 63.889.026/0001-52;
 R & A ENGENHARIA LTDA EPP, CNPJ: 12.926.462/0001-13;
 PLANA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ: 05.467.549/0001-04;
 HC ENGENHARIA LTDA - EPP, CNPJ: 02.644.088/0001-00;
 TRANSVIPE LTDA- ME, CNPJ: 04.521.575/0001-00;
 ACVG CONSTRUÇÕES EIRELI- EPP, CNPJ: 19.887.369/0001-96.
 A comissão abrirá prazo recursal conforme o artigo 109, inc I da lei nº 8.666/1993.
 Belém/PA, 28 de Setembro de 2016.
 Nicolas Augustus André Nazareth
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação - SEDOP.
Protocolo: 114263

INTIMAÇÃO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

TP Nº 032/2016
 A Comissão Permanente de Licitação desta Secretaria, após análise das propostas financeiras referentes à Tomada de Preço nº 032/2016, cujo objeto é a Contratação de Empresa de Engenharia para execução da reforma da Praça Princesa Isabel, no município de Belém, no Estado do Pará, apresenta o resultado da análise o que segue:
 Foram Classificadas:
 EQUIPENGE EQUIPAMENTOS DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 04.049.310/0001-51;
 LEMES E LEMES CONSTRUTORA LTDA EPP, CNPJ: 18.990.417/0001-04;
 PAVIMENTAR PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI ME, CNPJ: 17.352.660/0001-34;
 EV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI EPP, CNPJ: 20.201.780/0001-45;
 NEA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 07.900.996/0001-30.
 Foram Desclassificadas:
 2 MKL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ: 06.085.639/0001-01;
 TRANSVIPE LTDA- ME, CNPJ: 04.521.575/0001-00;
 ELEVAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - EPP, CNPJ: 17.579.363/0001-26;
 HC ENGENHARIA LTDA - EPP, CNPJ: 02.644.088/0001-00;
 ACVG CONSTRUÇÕES EIRELI- EPP, CNPJ: 19.887.369/0001-96;
 ENGENHARIA CORRÊA LEITE LTDA, CNPJ: 00.346.727/0001-96.
 A.J PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CNPJ: 63.889.026/0001-52;
 A+E ARQUITETURA & ENGENHARIA EIRELI-ME, CNPJ: 22.988.082/0001-67;
 PLANA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ: 05.467.549/0001-04;
 A comissão abrirá prazo recursal conforme o artigo 109, inc I da lei nº 8.666/1993.
 Belém/PA, 28 de Setembro de 2016.
 Nicolas Augustus André Nazareth
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação - SEDOP.
Protocolo: 114264

INSTRUÇÃO NORMATIVA VEÍCULO OFICIAL Nº 03/2016 - SEDOP, DE 28/09/2016.

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pela Administração Pública Estadual, relacionado à utilização dos veículos oficiais do Estado, no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - SEDOP.A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG de 01/01/2015 publicado no DOE nº 32.798 de 01/01/2015;
 CONSIDERANDO a necessidade de se uniformizar os procedimentos relacionados à utilização dos veículos oficiais, próprios e locados, em uso pela Administração Pública Estadual no Pará, RESOLVE:
 CAPÍTULO I – Das disposições gerais
 Art. 1º Os automóveis oficiais destinam-se, exclusivamente, ao serviço público.
 Art. 2º Os veículos oficiais, próprios ou locados, destinam-se ao atendimento das necessidades de serviço do órgão a que pertencem e sua utilização será pautada pelos princípios da economicidade e da eficiência.
 Art. 3º O uso dos veículos oficiais é sujeito ao fiel cumprimento

das normas estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro e legislação complementar em vigor.

Art. 4º É proibida a circulação de veículos oficiais que não estejam devidamente licenciados pela autoridade de trânsito competente e que não atendam aos requisitos obrigatórios de segurança.

Art. 5º É proibido o uso de placa não oficial em veículo oficial próprio ou de placa oficial em veículos particulares.

Parágrafo único. Os veículos oficiais locados são isentos da obrigação de utilizar placas oficiais.

Art. 6º Os veículos oficiais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo são classificados, de acordo com a sua utilização, em duas categorias: I - veículos de representação; II - veículos de serviços.

Art. 7º. Os veículos de representação são os utilizados exclusivamente pelas seguintes autoridades: I - Governador do Estado; II - Vice-Governador do Estado; III - Secretários de Estado, Secretários Extraordinários de Estado e os Secretários Regionais de Governo; IV - Auditor-Geral do Estado, Procurador-Geral do Estado, Chefe da Casa Civil e o Ouvidor Geral do Estado; V - Comandante Geral da Polícia Militar, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar, Delegado Geral da Polícia Civil e o Chefe da Casa Militar; VI - Presidentes, Superintendentes, Diretores-Gerais e Diretores- Presidentes, titulares das entidades da Administração Indireta; VII - Diretores-Gerais dos Núcleos vinculados aos órgãos da Administração Direta; VIII - Reitor da Universidade do Estado do Pará.

Art. 8º. Os veículos de serviço são os utilizados para o transporte de pessoas a serviço do órgão e/ou para o transporte de material, bem como à execução de atividades específicas.

1º Entende-se por atividades específicas, para fins desta Instrução Normativa, aquelas que exigem determinado veículo como instrumento inerente à sua realização.

2º Para efeitos do caput deste artigo, considera-se pessoa a serviço, além do servidor: I - o colaborador eventual, quando no estrito cumprimento de atividade solicitada pelo órgão; II - o prestador de serviço cujo contrato preveja expressamente o seu transporte a cargo do órgão; II - a que acompanha o servidor com a finalidade de realizar algum serviço para o órgão.

Art. 9º. Os veículos oficiais de serviço serão utilizados, exclusivamente, nos dias úteis, no período compreendido entre 08h e 17h.

1º Se comprovada à necessidade do serviço, o gestor de frota responsável pelos veículos do órgão pode autorizar por escrito e quando for o caso, liberar via sistema, o uso do veículo de serviço fora dos dias e horários estipulados no caput deste artigo, cabendo ao mesmo e ao motorista a responsabilidade por qualquer conduta indevida praticada.

Art. 10º. É expressamente proibido o uso de veículos oficiais de serviço nas seguintes situações: I - por servidor público que esteja afastado, por qualquer motivo, do exercício das suas funções. II - para o deslocamento do servidor entre a sua residência e o local de trabalho ou vice versa. III - para o transporte de familiares do servidor ou de pessoas estranhas ao serviço público. IV - para o transporte a casas de diversões, supermercados, estabelecimentos comerciais e de ensino, passeios ou excursões. V - aos sábados, domingos e feriados, salvo para desempenho de encargos inerentes aos serviços públicos.

1º O disposto no caput deste artigo não se aplica em casos de emergência ou quando o objeto do serviço tenha sido solicitado pela Administração Pública, desde que devidamente justificado e comprovado à Diretoria de Administração do órgão.

2º O disposto no caput também não se aplica no caso de transporte para a residência de agente público cujo horário de trabalho tenha sido estendido, a pedido da Administração, para além do previsto na jornada regular do órgão.

Art. 11º. No final do expediente, os veículos oficiais de serviço devem obrigatoriamente ser guardados na garagem do órgão ou entidade detentora da posse do veículo, ressalvados os casos excepcionais expressamente autorizados pelo titular do órgão, quando houver necessidade de utilização de outras garagens, oficiais ou residenciais.

Art. 12º. Compete a cada órgão e entidade estadual a instauração de sindicância para apurar a responsabilidade, nos casos de acidentes de trânsito ou surgimento de danos em veículos oficiais, bem como quando houver indícios de uso irregular do veículo oficial, em desacordo com esta Instrução.

Parágrafo único. No caso de acidente de veículos, o Boletim de Ocorrência elaborado pela autoridade policial comporá os autos do processo de sindicância.

Art. 13º. Todos os veículos oficiais, próprios ou locados, do órgão ou entidade estadual devem, obrigatoriamente, ser cadastrados no Sistema de Gestão da Frota de Veículos Oficiais do Estado do Pará.

CAPÍTULO II – Dos Motoristas

Art. 14º. O servidor ocupante do cargo de motorista terá que estar, obrigatoriamente, com a sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) dentro do prazo de validade.

Parágrafo único. A responsabilidade pela renovação da Carteira